

DOI: <http://dx.doi.org/10.19177/rcc.13022018245-254>

UMA ABORDAGEM DECOLONIAL DA HISTÓRIA E DA CULTURA INDÍGENA: ENTRE SILENCIAMENTOS E PROTAGONISMOS

Keyde Taisa da Silva*

Poliene Soares dos Santos Bicalho**

Resumo: A trajetória histórica conflituosa entre povos indígenas e colonizadores no Brasil foi o pressuposto que motivou a pesquisa em tela, numa abordagem e análise da história indígena na sala de aula, locus de formação de identidades. O objetivo deste estudo é compreender como a história desses povos é abordada na disciplina de Arte a partir da Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura indígenas na escola. A pesquisa se baseou na análise do currículo referência de Goiás e na coleção didática Projeto Mosaico-Arte, para o Ensino Fundamental. Entre os resultados, observou-se que o currículo não evidencia expectativas em relação às artes indígenas, enquanto o livro didático oferece mais possibilidades ao professor, ainda que de forma tímida. O fundo teórico se baseou em análises do pensamento decolonial, considerando que a prática do professor pode ser decisiva no processo de superação da subalternidade, promovendo reflexão crítica sobre a história perpetuada.

Palavras-Chave: Invisibilização. Subalternos. Indígenas. Resistência. Protagonismo.

UMA HISTÓRIA QUE SILENCIA...

O indígena, na historiografia brasileira, tem sua presença marcada por um processo de estereotipia que tende ao antagonismo, uma vez que existem duas visões bastante enfáticas desses povos, construídas ao longo dos séculos e a partir dos interesses dominantes de cada época. A visão inicial dos europeus caracterizava os indígenas como povos bárbaros e cruéis, selvagens e desprovidos de humanidade. Essa construção foi elaborada de forma a exprimir as impressões de uma época, de um lugar de fala dominado basicamente pelos europeus, portanto, expressando uma versão da história. Um bom exemplo disso são as impressões de Adolfo Varnhagem, citadas por José Carlos Reis (2006, p.35).

Eram segundo ele, uma gente nômade, que vivia em cabildas, morava em aldeias transitórias, pouco numerosa em relação à extensão do território. Violentos, mantinham guerras de extermínio entre si; bárbaros, não nutriam os altos sentimentos de patriotismo. Sem amor à pátria, essas gentes vagabundas, em guerra constante, constituíam, no entanto, uma só raça, falavam dialetos de uma só língua – a geral ou tupi. Era uma unidade de raça e língua que poderia tê-los levado à constituição de uma única nação. Mas mantiveram-se fragmentados e hostis entre si.

* Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás, especialista em Mídias na Educação e Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica, mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Goiás.

** Doutora em História Social e professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado (TECCER) da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Bolsista PROBIP (Programa de Bolsas de Incentivo à Pesquisa e Produção Científica).

Por tal passagem é possível perceber a expressão de uma época, quando não se conhecia a vastidão do território brasileiro, tampouco a diversidade de povos que ele escondia; assim como alguns estereótipos que foram utilizados para definir os indígenas encontrados no Brasil recém colonizado, que se perpetuam até os dias atuais, pois a maioria da população brasileira ainda pensa que as 255 etnias indígenas sobreviventes no território nacional, segundo dados do Instituto Sociambiental¹, possuem as mesmas características e são apenas ‘índios’², termo apreendido de forma genérica.

Das várias versões elaboradas para pensar estes povos, a do indígena hostil, cruel e selvagem, construída inicialmente pelos então ‘invasores’ da nova terra encontrada, corroborou para a legitimação oficial de guerras de extermínio, subordinação e escravização de grupos inteiros, que eram tidos como entraves ao desenvolvimento da nação, o que promoveu grande aniquilamento populacional.

Esta fase de guerras e extermínio antecede outra fase, a que constrói para os indígenas uma imagem de “bom selvagem”, através de um movimento romântico, veiculado pelo Estado Imperial – a partir da inauguração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado por D. Pedro II e por seus colaboradores em 1838, seguindo o modelo do *Institut Historique* de Paris, de 1834 (SCHWARCZ, 1999, p. 126) – com o intuito de inserir os “sobreviventes do processo” na sociedade brasileira, o que acontece no final do século XIX e início do século XX.

Em ambas as situações, o que se percebe é uma inferiorização e invisibilização das etnias indígenas, que sempre foram subordinadas a um inimigo ‘superior’, tendo sua imagem desenhada e redesenhada ao bel prazer do colonizador, que manipulou o estereótipo que mais lhe convinha para cada momento histórico, ao relegar as mais diversas etnias indígenas ao papel de coadjuvantes em sua própria terra, burlando-as enquanto sujeito de suas próprias histórias.

O apagamento identitário de várias etnias indígenas se deu concomitantemente ao processo de enaltecimento da cultura europeia, a partir de discursos elaborados e divulgados estrategicamente, tanto no cenário nacional em construção quanto em cenários internacionais. O uso de uma legislação interna tendenciosa, que, segundo Almeida (2017, p. 19), “oscilava entre o apoio às práticas de violência e de proteção aos índios”, auxiliou como meio de dominação dos povos étnicos, que eram vencidos e incorporados à vida ‘civilizada’ e submetidos a costumes desconhecidos e irrelevantes às suas culturas, de modo que várias etnias acabaram por se sucumbirem aos novos modos de vida desenvolvidos na colônia portuguesa; porém, não sem resistência!

Esta abordagem inferiorizadora das etnias indígenas vigorou no Brasil até meados do século XX, e ainda perdura, de certo modo. Na base da história nacional há o enaltecimento dos feitos coloniais em contraposição à fragilidade e submissão dos indígenas. “As narrativas de conquista e colonização enalteciam a ação heroica e

¹ https://pib.socioambiental.org/pt/Quem_s%C3%A3o. Acesso: 01/10/2018 às 8:26h.

² Neste texto, quando se quiser chamar a atenção para um termo/palavra, em função da carga ideológica que carregam ao logo do tempo e dos diferentes papéis semânticos que lhes são inerentes, se utilizará aspas simples, a fim de detectar e demonstrar que há toda uma trajetória histórica nelas inculcadas, que não é desconsiderada pelas autoras; contudo, uma reflexão semântico-conceitual não é passível de realização neste pequeno ensaio, por não ser também o objetivo dele.

desbravadora dos portugueses, enquanto os índios pareciam ser facilmente vencidos, catequizados e transformados por eles.” (ALMEIDA, 2017, p. 19). Para a autora, a manutenção da superioridade de uns povos em detrimento de outros fica clara quando analisamos o processo histórico brasileiro.

Por muito tempo, houve a construção, no imaginário brasileiro, de uma visão negativa dos povos indígenas, que disseminou entre os não-indígenas o preconceito e a discriminação em relação às suas práticas, com ondas de intolerância e violência gratuitas. Essa perpetuação de noções preconceituosas e discriminatórias tem relação direta com a história que é ensinada nas escolas e que é responsável por disseminar conceitos e ideias quase sempre parciais, em benefício de determinado grupo social.

Com as etnias indígenas, Carneiro da Cunha (1992) afirma que houve dupla violência, pois, além de enfrentar, por muito tempo, as consequências desastrosas dos processos históricos, foram e ainda são vítimas dos efeitos da disciplina de história, ensinada e repetida incansavelmente nas escolas. Pois, embora haja alguns avanços (OLIVEIRA, 2015), em geral, os livros didáticos de história tendem a relegar aos indígenas papéis de coadjuvantes históricos, em muitas situações, com sentido depreciativo, sempre vitimados passivamente, bons selvagens ou bárbaros. Para Hill (1996), esse processo de minimização da participação indígena na construção da nacionalidade brasileira pode ser configurada como um “historicídio”³ e tem contribuído para reforçar os estereótipos produzidos sobre as etnias indígenas no Brasil e no mundo.

Uma trajetória construída ao longo de séculos de discriminação e preconceitos não será alterada apenas com uma revisão historiográfica. É preciso que haja uma reescrita da própria história do Brasil, para que os papéis secundários atribuídos aos indígenas sejam revistos e ressignificados. Reis (2006, p. 9) observa que “as mudanças no processo histórico alteram as interpretações da história” e “cada geração, em seu presente específico, une passado e presente de maneira original, elaborando uma visão particular do processo histórico”. Entender essa dinâmica temporal de manipulação da história é essencial para compreendermos esse apagamento indígena na construção da nação brasileira, pois, a maioria das passagens históricas envolvendo a participação desses povos foi conflituosa e acabou em tragédias anunciadas.

RETOMANDO AS RÉDEAS DA PRÓPRIA HISTÓRIA: O MOVIMENTO DECOLONIAL E O PROTAGONISMO INDÍGENA

Somente na segunda parte do século XX é que as questões envolvendo os indígenas brasileiros voltaram às discussões e, dessa vez, a partir de uma nova visão, diferente daquela do colonizador. A década de 1970 é decisiva para a tomada de posição dos movimentos sociais, que se fortaleceram em um contexto de resistência e oposição ao Estado ditatorial. Neste sentido, os movimentos sociais da década de 1970 podem ser compreendidos como organizações populares, inicialmente estabelecendo relações de

³ “Historicídio é o nome da prática de remoção dos povos da história; trata-se de uma maneira de obscurecer os processos históricos que produziram as hierarquias raciais prevalecentes nas Américas” (TAMPESTA, 2009, p. 283)

oposição e resistência ao Estado, visto como cerceador de direitos sociais e políticos. Neste contexto, com o fim do regime militar, novos atores sociais se apresentaram à cena política e “as mobilizações sociais saíram das ruas e se voltaram para os ambientes institucionalizados”, de modo que “os movimentos populares em crise se rearticularam interna e externamente.” (BICALHO, 2010, p. 21)

Esses movimentos indígenas coincidem com outro importante movimento, que surge nas décadas de 1970/80, com a intenção de repensar a história dos povos subalternizados⁴ durante o período colonial, criticando a modernidade eurocentrada, com o intuito de compreender a desconstrução discursiva do mundo colonizado, elaborada a partir do olhar do colonizador; e também o modo como o colonizado é apreendido via esse discurso. Esse movimento, gestado nos países asiáticos, chega à América Latina entre o final da década de 1980 e o início da década de 1990, imbuído de uma aversão ao uso de epistemologias criadas por autores europeus para problematizar as questões subalternas.

O uso de epistemologias europeias passa, então, a ser encarado como uma traição aos objetivos dos estudos subalternos, que adota o rompimento com a tradição eurocêntrica de pensamento como norteador do processo. Surge, então, a crítica decolonial, com a intenção de desnudar e denunciar a dependência dos países do ‘sul’ aos países do ‘norte’ em três setores: do poder, do ser e do saber. O movimento decolonial propõe a busca por ações e formas de pensar que emanem da própria cultura local, ressaltando-a perante os processos de globalização que silenciam aqueles que pertencem aos grupos ‘subalternos’.

Muitas situações cotidianas podem ser utilizadas para discussão de ideias decoloniais na sociedade atual, e a escola é um ambiente propício, uma vez que lida com a formação integral do ser humano, já que seu público está em processo de aprendizagem, formação de opinião e de identidades. As disciplinas escolares possibilitam, através dos currículos, a abertura à inserção de temáticas como a indígena, a afro-brasileira, o respeito à diversidade, entre tantas outras inerentes ao convívio social.

Entre as disciplinas ministradas para as séries do Ensino Fundamental, algumas possuem, por determinação legal, papel fundamental quanto a inserção destas temáticas no currículo a ser ministrado em sala de aula. Neste aspecto, as disciplinas de literatura, história e arte devem contextualizar a temática indígena em seus conteúdos obrigatórios, como determina a Lei 11.645/08⁵, que complementa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96.

⁴ Gayatri Chakravorty Spivak (2010, p. 275), em seu livro “Pode o subalterno falar”, aponta para o termo “subalterno” como uma representação dos que não conseguem lugar em um contexto globalizante, capitalista e excludente, onde o “subalterno é sempre aquele que não pode falar, se o fizer, já não o é”

⁵ Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, estabelecendo, nas diretrizes e bases da educação nacional, a inclusão e a obrigatoriedade, no currículo oficial da rede de ensino, da temática afro e indígena na educação básica. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Disponível em 25/09/2018, acesso às 13h 03 mim.

Considerando os conteúdos a serem abordados em cada componente curricular, no Estado de Goiás,⁶ a disciplina de Arte apresenta um potencial singular para a apreensão da perspectiva decolonial em sala de aula, uma vez que, mesmo não existindo expectativas de aprendizagem específicas às artes indígenas⁷, há abertura para a problematização de temas pertinentes à cultura indígena, inserida na base curricular. Além dessa possibilidade, há ainda os recursos didáticos que os professores têm à sua disposição, que podem atuar enquanto facilitadores da prática docente em sala de aula. Desses recursos, o mais acessível e presente no cotidiano educacional das escolas públicas do Estado de Goiás são os livros didáticos.

A partir de uma breve análise de uma das duas coleções disponibilizadas pelo Ministério da Educação, para escolha das escolas, através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), é possível perceber que, mesmo longe do ideal, já há uma tendência em inserir temáticas étnicas nesses materiais. A coleção analisada foi o Projeto Mosaico-Arte, de autoria de Béa Meira, Silvia Soter e Ricardo Elia, destinada à segunda fase do Ensino Fundamental – 6º ao 9º anos, válida para o triênio 2017-2019.

Nessa coleção, ao contrário de alguns materiais elaborados há mais tempo, a imagem do indígena já não aparece com uma estereotipia extremada, apesar de cometer muitos equívocos no trato e de se restringir a apenas algumas etnias mais conhecidas, em detrimento de dezenas de outras. O problema da estereotipia dos indígenas não é exclusividade dos livros didáticos. A noção de um povo amarrado ao passado colonial do país ainda predomina no imaginário dos brasileiros, que “invisibilizam a contemporaneidade desses povos e as suas lutas históricas e atuais contra as diversas formas de colonização impostas” (SILVA E OLIVEIRA, 2018, p. 176).

Assim, é inegável que as artes indígenas se constituem em poderoso instrumento de conhecimento da cultura indígena na escola, e, se forem abordadas de forma adequada e com propriedade pelos professores, podem atuar como mecanismos de superação da subalternidade/colonialidade; assim como de reconhecimento étnico efetivo pelas novas gerações, que servirão de mediadores do conhecimento na família e na sociedade. Quanto aos materiais didáticos,

é sabido que os livros didáticos são utilizados pelos sujeitos em processo de formação, como os estudante, entretanto, eles podem se constituir em importante ferramenta para essa construção. Contudo, é primordial que os critérios de escolha sejam claros, para que os manuais escolares se transformem em parceiros nessa luta por uma educação menos desigual e tendenciosa. Desse modo, entende-se que uma abordagem comprometida com as Artes Indígenas é um, entre tantos, caminhos possíveis nesta direção. (SILVA E OLIVEIRA, 2018, p. 188).

⁶ Currículo Referência da Rede Estadual de Educação do Estado de Goiás, versão experimental, que foi finalizada no ano de 2012 e, segundo o próprio documento, se encontra em permanente construção.

⁷ O uso do termo no plural se explica diante do fato de as artes indígenas “... expressarem preocupações específicas” que “permitem a cada povo indígena desenvolver um estilo próprio... a referência requer sempre a pluralidade, a saber, as “artes indígenas” para a correta identificação dessas artes, pois expressam tantas formas quantos são os povos que a produzem” (VELTHEM, 2010, p. 57-58).

O movimento decolonial não se baseia apenas em suprimir o processo colonial de nossa história, não se trata apenas de descolonizar os territórios colonizados, mas assumir uma postura de luta contínua para escrever uma nova história dos colonizados como atores sociais partícipes do processo, e não como simples agentes moldáveis, submissos e subordinados. A decolonialidade refere-se ao processo que busca transcender historicamente a colonialidade e supõe um projeto mais profundo, uma tarefa urgente de subversão do padrão de poder colonial no presente tendo em vista o futuro. No decorrer deste trabalho, o termo adotado é, então, decolonialidade, em detrimento do termo descolonialidade. Essa movimentação traz para o cenário participativo diversos líderes de etnias diferentes, que iniciaram uma luta em defesa dos valores indígenas, segundo Gersem dos Santos Luciano Baniwa⁸ (2006), representando o próprio índio, que se torna protagonista de uma nova história.

As quatro últimas décadas do século XX representam o despontar das questões indígenas no cenário nacional contemporâneo, através de vários acontecimentos e atuações importantes, de diferentes etnias mobilizadas em torno de suas demandas. Contudo, “entende-se que o ranço das velhas e persistentes ideias de assimilação e integração do índio à comunidade nacional ainda não desapareceu completamente” (BICALHO, 2010, p. 36).

Quando os indígenas se reconhecem enquanto povos, assumindo a sua identidade étnica, o que também é uma mudança de posição evidenciada nos anos 1970, cria-se uma organização de povos que passam a lutar por seus direitos de existir enquanto sociedade detentora de direitos e deveres, assim como qualquer outra sociedade brasileira. Dessa maneira, corroborando com a análise de Spivack, que diz que “subalterno é sempre aquele que não pode falar, se o fizer, já não o é” (2010, p. 275), os indígenas estão deixando a condição de subalternos quando passam a falar por eles mesmos, sem necessidade de intermediadores para lhes representar e lutar pelos seus direitos, assumindo o protagonismo de suas próprias histórias.

A década de 1990 é um marco nas relações entre o Estado brasileiro e os povos indígenas, uma vez que traz alguns importantes benefícios para estas etnias, mesmo que, ainda, nem todos os direitos assegurados legalmente tenham valor prático. Nesse sentido, Souza Lima (2010, p.16) ressalta que:

no meio dos movimentos indígenas e suas organizações evidencia-se, assim, a incorporação do léxico (neo)desenvolvimentista como modo de expressar necessidades amplas e interesses multifacetados num cenário de tentativas (externas) de mudança social induzida (e internas) de transformações aceleradas, com grandes decalagens entre as gerações indígenas. O *protagonismo indígena* é a moeda corrente do momento.

A identificação indígena com a sua própria história se reflete na identidade nacional de forma bastante abrangente, uma vez que o ‘outro’ passa a enxergá-los como protagonistas e não mais apenas coadjuvantes. Em relação aos direitos conquistados e aos protagonismos nas lutas sociais, eles adquirem um novo significado na sociedade

⁸ Gersem Luciano é índio da etnia Baniwa, graduado em Filosofia pela UFAM, mestre em antropologia pela UNB, doutor em Antropologia pela UnB e representante indígena no Conselho Nacional da Educação.

brasileira, efetivamente, um dos “pilares de sustentação” da mesma (LUCIANO, 2006, p. 38); os demais pilares são direcionados à aceitação e à convivência pacífica – que corrobora no reconhecimento do ‘outro’ estimado mutuamente –, ainda muito utópicas, infelizmente.

Essa ressignificação histórica dos povos indígenas brasileiros faz parte de um intenso processo de superação do desgaste promovido pela colonização europeia e eleva a questão da ancestralidade indígena de assunto evitado a interesse central para a compreensão da identidade nacional brasileira, em diversas abordagens científicas. Para Souza (1999, p. 186), “a história da colonização no Brasil deixou marcas muito profundas, o que significa dizer que vivemos sob o efeito destes traços. Enumerá-los, descrevê-los, analisá-los tem sido um desafio e um compromisso que os brasileiros têm com sua origem”

Tal compromisso tem sido honrado, ainda que de forma tímida, por diversos segmentos científicos, em pesquisas que visualizam a história brasileira a partir de uma nova perspectiva, desmistificando a ideia de que o Brasil era uma terra de ninguém, que foi ‘descoberta’. As novas pesquisas buscam mostrar que o país era uma nova terra ‘encontrada’, mas não desabitada. No livro *Literatura e Identidade*, Zilá Bernard (1999, p. 214) enfatiza a afirmação da identidade na pós-modernidade, uma vez que ela se atém mais à recuperação dos “fragmentos não ouvidos no passado” (como a voz do negro, das mulheres, dos indígenas etc.), do que à recuperação das versões oficiais de nossa história.

Esse processo de identificação com suas raízes étnicas tem contribuído para o aumento da população indígena, como explicitam os dados do IBGE, divulgados em 2010, sobre a população brasileira, que identifica um crescimento significativo em relação à contagem feita na década de 1990. Em 2010, foram contabilizados cerca de 897 mil indígenas em território brasileiro, um percentual de 11,4% a mais que o número registrado no ano de 2000. Esse acréscimo é bem maior do que o registrado na década anterior, quando foram identificados, na contagem divulgada em 1991, um crescimento de pouco mais de 250 mil indivíduos para mais de 700 mil, ou seja, de 440 mil a mais (BRASIL, 2010). Porém, mesmo com esse aumento expressivo na quantidade de pessoas que passam a se declarar indígenas, o percentual em relação à população total do país não ultrapassa 1%.

Contudo, o empoderamento das etnias que, até então, eram minimizadas e vitimizadas pela história, ganha novo fôlego e possui um significado importante para esses povos, que passam a ter o seu lugar de fala respeitado e ouvido, e não mais são representados por intermediários, exclusivamente. Presenciamos, atualmente, a ascensão de diversos autores oriundos do meio indígena no cenário nacional, na luta pelos seus direitos e pelo reconhecimento de suas culturas como importante contributo à nacionalidade brasileira.

O rompimento com a inferiorização dos povos indígenas é uma tarefa bastante árdua, uma vez que é preciso alterar a sedimentação histórica de preconceitos que desenham os povos indígenas como ameaças ao Brasil soberano, obstáculos ao desenvolvimento, entre outros tantos estereótipos. Todavia, o indígena que sai de sua comunidade e busca a inserção na sociedade urbana, por um lado, não é mais visto como indígena ‘genuíno’ e, por outro, também não é reconhecido como cidadão nas mesmas condições de igualdade que demais brasileiros.

Para o senso comum, mesmo de intelectuais e políticos, ser indígena e buscar os instrumentos tecnológicos da contemporaneidade são incompatíveis: ou permanecem como imagens de remotos momentos da colonização, modos de vida “intocados” pelo europeu, ou deixam de ser vistos como indígenas, sendo reduzidos a um simples capítulo já passado da “mistura” singular brasileira. Apresentadas desta maneira, essas imagens são excludentes.

(...)

Afinal, índio, de acordo com essa estereotipia, deve ser sempre “primitivo”, no sentido de “simples”, “precário”, “grosseiro”, especialmente em matéria tecnológica, numa aferição dos equipamentos materiais indígenas que toma por base a tecnologia ocidental contemporânea e não sua eficácia em meio a um modo de vida diferenciado. (SOUZA LIMA, 2010, p. 23)

A presença indígena na sociedade brasileira tem crescido em diversas áreas, inclusive no campo acadêmico e científico, com inúmeros indígenas se destacando enquanto cientistas e estudiosos que problematizam suas próprias questões. Entre eles, o já citado trabalho do antropólogo Gersem dos Santos Luciano Baniwa, e de centenas de outros indígenas, estão conquistando seu espaço, produzindo uma literatura própria, que traduz sua identidade sem interferências ou estereótipos.

Daniel Munduruku é, atualmente, uma referência indígena, professor, escritor de livros infanto-juvenis e militante da sua cultura. No livro *Histórias que eu vivi e gosto de contar*, lançado em 2006, o autor fala, no prefácio, do seu orgulho por contar as histórias que viveu e diz que “este livro é também um desejo. É o desejo de acordar o povo brasileiro para suas raízes ancestrais” (MUNDURUKU, 2006, p. 7). O autor busca não criar personagens caricaturados, mas oferecer ao leitor uma narrativa rica e detalhada, que permita a construção imaginária do ambiente descrito e a percepção do personagem ‘índio’ sem a necessidade de que isso seja claramente dito. Esta nova postura, protagonizante e consciente de sua importância, é fundamental para reconstruir partes importantes da história que foram relegadas ao esquecimento.

A reconstituição da pessoa/coletivo indígena expressa por Daniel Mundurucu, feita pelos representantes das mais diversas etnias que se destacam no cenário cultural brasileiro atualmente, não é restrita ao seu povo, pelo contrário, é disseminada a todos, e a cultura não indígena passa a ter acesso ao conteúdo produzido pelos indígenas, que, apesar de terem sido submetidos a hábitos e costumes daqueles, como a escrita e a língua, ao mesmo tempo souberam se apropriar dessas ferramentas para construir a sua trajetória e defender os seus interesses, como enfatiza Luciano Baniwa (2006, p.126):

Na longa história colonial, aprender a falar o português significava esquecer a língua indígena, assim como aprender a escrita objetivava acabar com a oralidade. Atualmente, os povos indígenas realizam uma inversão dessa história: a língua estrangeira – o português – é considerada uma língua a mais e a escrita é a expressão da oralidade, sem que isso tenha diminuído o sentimento de pertencimento à identidade nacional, do qual manifestamente se orgulham.

Sobre a apropriação pelos indígenas de símbolos e signos de outras culturas a seu favor, Davi Kopenawa e Albert (2015, p.76) dizem que o uso da língua dos brancos foi importante para que sua história fosse conhecida.

Não sou um ancião e ainda sei pouco. Entretanto, para que minhas palavras sejam ouvidas longe da floresta, fiz com que fossem desenhadas na língua dos brancos. Talvez assim eles afinal as entendam, e depois deles seus filhos, e mais tarde ainda, os filhos de seus filhos. Desse modo, suas ideias a nosso respeito deixarão de ser tão sombrias e distorcidas e talvez até percam a vontade de nos destruir.

A imersão indígena na cultura branca trouxe para eles, depois de grandes prejuízos ao longo dos séculos, a oportunidade de utilizá-la como instrumento para a disseminação da sua própria cultura. Eles se apropriam de características específicas da cultura dominante e, através delas, disseminam particularidades, motivando a sociedade não indígena a conhecê-los de perto, e, desta maneira, aumentam as possibilidades de ganharem o respeito de todos.

A exposição da cultura indígena acontece motivada por uma nova postura histórica em relação aos primeiros habitantes do país, mas, também por conta de pessoas oriundas das mais diversas etnias indígenas que despontam no cenário nacional e que se reconhecem como diferentes – os “outros” em relação ao não indígena –, mas que se identificam com suas culturas; e as expõem à sociedade em geral, através de suas artes, por exemplo. Afinal, para além do que diz a historiografia oficial e as relações estabelecidas desde um passado remoto, eles podem ser e são protagonistas de suas próprias histórias.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. *Revista Brasileira de História*. [online]. 2017, vol.37, n.75, p.17-38.
- BERNARD, Zilá. Literatura e identidade. In: SOUZA, Edson (org.). *Psicanálise e colonização: Leituras do sintoma social no Brasil*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.
- BRASIL. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br>>.
- BICALHO, Poliene S.S.. *Protagonismo indígena no Brasil: movimento, cidadania e direitos (1970-2009)*. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6959/1/2010_PolieneSoaresdosSantosBicalho.pdf>.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Introdução a uma história indígena. In: _____. (Ed.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.9-24.
- HILL, Jonathan (Org.) *History, Power and Identity: ethnogenesis in the Americas, 1942-1992*. Iowa City: University of Iowa Press, 1996.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- LUCIANO, Gersem dos Santos. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/UNESCO, 2006.
- MUNDURUKU, Daniel. *Histórias que eu vivi e gosto de contar*. São Paulo: Callis, 2006.
- OLIVEIRA, Fernanda Alves da Silva. *Entre a realidade e o imaginário: as representações de indígenas na sala de aula e nos livros didáticos*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Territórios e Expressões Culturais no Cerrado - Universidade Estadual de Goiás. Anápolis, 2015. 179 p.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SILVA, Keyde Taisa da; BICALHO, Poliene Soares dos Santos. Uma abordagem decolonial da história e da cultura indígena: entre silenciamentos e protagonismos. *Crítica Cultural* – Critic, Palhoça, SC, v. 13, n. 2, p. 245-254, jul./dez. 2018.

- SILVA, Keyde Taisa; OLIVEIRA, Fernanda A. da Silva. As artes indígenas nos livros didáticos: os índios Cerratensis em perspectiva. In: BICALHO, Poliene S. dos Santos; MACHADO, Márcia (orgs). *Artes indígenas no Cerrado: saberes, educação e museus*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2018.
- SOUSA, Edson. Memória Barroca. In: SOUZA, Edson (org.). *Psicanálise e colonização: leituras do sintoma social no Brasil*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.
- SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. Povos indígenas no Brasil contemporâneo: de tutelados a 'organizados'. In: Cassio Noronha Inglês de Sousa; Fabio Vaz Ribeiro de Almeida; Antônio Carlos de Souza Lima; Maria Helena Ortolan Matos (orgs.). *Povos indígenas: projetos e desenvolvimento*, II. Brasília: Paralelo 15, GTZ; Rio de Janeiro: LACED / Museu Nacional - UFRJ, 2010.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- TEMPESTA, Giovana Acacia. *Travessia de banzeiros. Historicidade e organização sociopolítica apiaká*. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- VELTHEM, Lucia Hussak Van. Olhar e se olhar. In: _____. *O belo é a fera*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia Assírio & Alvim, 2003.

Recebido em 12/03/2018. Aprovado em 23/09/2018

Title: *A Decolonial Approach to Indigenous History and Culture: Between Silences and Protagonisms.*

Abstract: *The conflictive historical trajectory between indigenous peoples and colonizers in Brazil was the presupposition that motivated the research on screen, in an approach and analyzes of indigenous history in the classroom, a locus of identity formation. The objective of this study is to understand how the history of these peoples is approached in the discipline of Art from Law 11.645 / 08, which makes it compulsory to teach indigenous history and culture in school. The research was based on the analysis of the reference curriculum of Goiás and on the didactic collection Mosaico-Arte Project, for Elementary School. Among the results, it was observed that the curriculum does not show expectations regarding the indigenous arts, while the textbook offers more possibilities to the teacher, even in a timid way. The theoretical background was based on analyzes of decolonial thinking, considering that the practice of the teacher can be decisive in the process of overcoming subalternity, promoting critical reflection on the perpetuated history.*

Keywords: *Invisibilization. Subalterns. Indigenous. Resistance. Protagonism.*



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.